Gazeta Mercantil

15/7/1986

Secretário de Segurança anuncia que a OAB vai acompanhar o inquérito

por Célia Rosemblum

de São Paulo

As três testemunhas atribuem aos ocupantes de um opala azul os primeiros disparos do conflito que envolveu, na última sexta-feira, a Polícia Militar, e cortadores de cana de Leme, serão ouvidas novamente. Acompanharão os depoimentos um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público. "A nós só interessa apurar os fatos", afirmou ontem Eduardo Muylaert, secretário de Segurança Pública de São Paulo, ao anunciar o procedimento.

O Partido dos Trabalhadores (PT) reclama uma série de incongruências no inquérito que acusa o envolvimento de seus deputados no incidente. Segundo o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, três feridos não foram arrolados como vítimas e as testemunhas que dizem ter partido de um opala azul, posteriormente à liderança do PT na Assembléia Legislativa, os primeiros disparos, modificaram seus depoimentos e sumiram da cidade.

Greenhalgh também manifestou sua preocupação quanto ao fato de não ter sido encontrado no corpo de uma das vítimas, Sybelle Aparecida Manoel, durante a autópsia, nenhuma bala. Greenhalgh afirma ter visto a bala, identificada, na Santa Casa de Leme. Segundo Muylaert o médico que retirou o projétil antes da necrópsia deveria tê-lo encaminhado com o corpo. "Ele agora terá de entregar esse projétil e declarar essa circunstância", afirmou.

"Não me parece que haja qualquer parcialidade ou má-fé, até porque o inquérito está sendo conduzido pela Polícia Civil, que não tem nada a ver diretamente com os acontecimentos", explicou Muylaert. Mas, preocupados com as repercussões do incidente, representantes do PT estiveram reunidos ontem com Muylaert e o diretor-superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma.

Os candidatos petistas ao governo, Eduardo Suplicy, ao Senado, Hélio Bicudo, e Greenhalgh manifestaram seu repúdio ao que consideram uma distorção dos fatos. Greenhalgh irá examinar o material do inquérito para ver quais as providências jurídicas cabíveis. Entre elas estaria uma ação contra o governo estadual, responsável pela PM, exigindo indenização para as vítimas.

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES

Para Greenhalgh o PT estava certo ao colocar seus deputados para prestar solidariedade aos trabalhadores em greve. Ele assegura que nenhum parlamentar ou ocupante do carro portava armas e diz que o governo estadual tem manobrado as investigações. "Esta afirmação é profundamente injusta", reclamou ontem o governador Franco Montoro. Assegurando que, como em outros casos que envolveram a PM, se for comprovada a culpa, os responsáveis serão punidos.

INQUÉRITO MILITAR

O comandante geral da PM, coronel Theseu Darcy Bueno de Toledo, informou ontem que foi instaurado um inquérito policial-militar para apurar os fatos, além dos procedimentos já adotados pelo governo. "Em todo fato envolvendo policial militar, quer seja cometendo

arbitrariedade, corrupção, violência, esses funcionários públicos sofrerão as sanções penais e disciplinares da corporação", assegurou.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, considerou que o governo estadual, ao convidar a OAB para acompanhar o inquérito deu provas de insuspeição. Ele disse ser fundamental aguardar o resultado das investigações. E ressalvou: "qualquer policial do mundo, qualquer autoridade, seja ela qual for, pode exorbitar. O que precisa é que ela seja punida, isso é que é fundamental".

(Página 7)